



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quarta - feira, 04 de Dezembro de 2024 | Ano V, n.º 343 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

A Crise Democrática em Moçambique: A Constituição Rasgada e o Estado de Direito Violado

- Moçambique atravessa um dos períodos mais sombrios da sua história, onde os fundamentos do Estado de Direito Democrático estão sendo sistematicamente destruídos por práticas autoritárias e repressivas. Os episódios recentes de violência estatal, incluindo assassinatos, repressão brutal a manifestações pacíficas, uso indiscriminado da força, detenções arbitrárias e perseguição de vozes dissidentes evidenciam um colapso dos princípios constitucionais e dos padrões internacionais de direitos humanos.



Eleições fraudulentas: a raiz da violência

A actual crise tem como estopim eleições gerais marcadas por fraudes escandalosas, que corroeram a legitimidade do processo democrático. O presidente Filipe Nyusi e o partido no poder desrespeitaram o princípio fundamental de que a soberania reside no povo, conforme garantido pela Constituição da República. O processo eleitoral foi transformado numa farsa, desencadeando uma onda de repressão violenta para silenciar os que exigem justiça e verdade.

Vidas ceifadas pela repressão: mortes, feridos e detenções arbitrarias

Desde o início das manifestações pacíficas, mais de 80 pessoas foram mortas em acções violentas do Estado. Centenas de outras ficaram feridas em ataques brutais e indiscriminados, enquanto centenas de cidadãos foram arbitrariamente detidos, muitos sem acesso a defesa legal ou informações sobre o seu paradeiro.

Um dos episódios mais simbólicos dessa crise foi o assassinato de uma menina, atropelada deliberadamente por um blindado militar. Este acto cruel é um reflexo da desumanização que tomou conta do aparato estatal, destruindo vidas inocentes e corroendo o tecido moral da sociedade.

Terror nos bairros: o Estado contra seu povo

Homens armados com AK-47 patrulham bairros, disparando indiscriminadamente para matar à luz do dia, evocando imagens de estados falidos como o Haiti. Agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) circulam com listas de jovens marcados para serem abatidos, enquanto gás lacrimogéneo é disparado indiscriminadamente na calada da noite, sufocando famílias inteiras.

Esses actos são não apenas violações flagrantes aos direitos humanos, mas também uma tática de terror psicológico contra os próprios cidadãos que o Estado deveria proteger.

A Constituição rasgada e o Estado de Direito destruído

Ao consolidar o poder por meio de fraudes eleitorais e recorrer à violência sistemática contra cidadãos pacíficos, o governo de Filipe Nyusi rasgou a Constituição da República e substituiu o Estado de Direito Democrático por um regime de opressão. O Estado, que deveria ser o guardião dos direitos fundamentais, tornou-se o principal violador desses

direitos, destruindo vidas e silenciando vozes.

A repressão sistemática e o uso desproporcional da força demonstram que o governo governa pelo medo, não pela legitimidade. As mortes, os feridos e as detenções arbitrarias são marcas de um Estado que perdeu o respeito pelos valores democráticos e humanos.

O preço da traição democrática

A destruição dos princípios democráticos e o colapso do Estado de Direito mergulharam Moçambique em um ciclo perigoso de instabilidade. Sem justiça, sem respeito pela transparência e sem protecção aos direitos fundamentais, o país se afasta cada vez mais dos ideais de democracia e igualdade.

O chamado à resistência democrática

Diante desse cenário alarmante, é urgente que forças democráticas, tanto nacionais quanto internacionais, se unam para exigir responsabilização e justiça. As vidas perdidas, os feridos que carregam as marcas da violência e os detidos que aguardam por liberdade clamam por acção.

A reconstrução de Moçambique exige o restabelecimento das bases democráticas, começando pelo respeito à vontade popular e pela protecção

dos direitos humanos. A luta por um Moçambique justo, democrático e pacífico não é apenas uma questão política, mas um imperativo moral.

A história não perdoará a indiferença diante da destruição da democracia e do Estado de Direito em Moçambique. O futuro do país depende de uma resposta firme e colectiva para pôr fim a este ciclo de opressão e construir uma nação onde a dignidade humana seja respeitada e a justiça prevaleça.




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

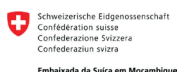
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

